

A Diplomacia no Estado Novo

Embaixador ADALBERTO GUERRA DUVAL

Na profissão das armas, a coluna motorizada e a guerra de trincheiras — lenta, paciente e de longa preparação, obscura nos seus detalhes, mas eficaz nos resultados práticos — sucederam ao filme romântico das cargas de cavalaria e às improvisações fulminantes dos gênios vadios. Assim, também já ficou para traz a diplomacia pirotécnica e mundana do Congresso de Viena, com os seus 90 % de trufas e condecorações.

O Agente requerido pelo Estado Novo é outro. Na nossa vida presente não ha lugar para diplomatas, que só possam ser "diplomáticos". E' anacrônica a velha história que fazia do diplomata uma espécie de senhora de sociedade com calças. Gentilíssimos, amabilíssimos, inutilíssimos, era deles que se dizia com elogio: "E' um perfeito diplomata, é uma dama!"

Não é bem isto o que, hoje, se pede. Quer-se gente apta à atividade polimorfa da nossa época. Diplomacia, agora, é ação. Que ao menos os chefes não estejam cristalizados — ia dizer embalsamados — numa burocrática especialização administrativa. Eles têm de viver a vida. Hão de ser atores e "animadores", mas "animadores" animados de paixão pelo Brasil.

A cultura exigível nos homens que se mandam ao estrangeiro, um pouco como amostra nacional, deve ser generalizada, é certo, mas principalmente baseada no conhecimento perfeito da Pátria, da sua história, da sua administração, da sua potencialidade e da sua economia, sobretudo. As missões ordinárias são agências do Brasil e até os seus membros se chamam agentes diplomáticos. Si querem ser alguma coisa, têm de ser caixeiros viajantes do seu país, com o fim imediato de colocar-lhe os produtos, que nem todos são materiais e tangíveis. — Isto é capital!

E não é só pelo benefício do comércio d'intercâmbio que isto é capital. E' maiormente porque as lições de todos os dias demonstram que, para acelerar a nossa incoercível ascensão, o melhor meio será o aumento das trocas com o estrangeiro — trocas de mercadorias e de idéias — que teçam uma teia forte de interesses criados, capazes de garantir-nos o apoio interesseiro (que é o único seguro e certo), ora dumas e logo doutras potências, na nossa luta pelo direito. Pelo nosso direito a um grande lugar ao sol!

E é por isto que, tal qual como o Estado Novo suprimiu o político profissional — o aproveitador da política — terá também de eliminar, ao menos dos altos postos, o "diplomático" — o *profiteur* da diplomacia. A "Carreira", com maiúscula, como viveiro de promoções, terá de deter-se no lugar de substituto eventual e temporário de Chefe. Não bastará sobreviver para atingir a hierarquia superior. Será preciso concorrer com os mais aptos, de dentro e de fora da "Carreira", e vencê-los. Fazer Ministros ou Embaixadores por antiguidade, mesmo disfarçada sob outro nome, é um absurdo perigoso. E' uma contradição flagrante com a norma primordial do Estado Novo. A da utilização dos valores.

Doutra parte, para que as relações do Brasil Novo com todos os Estados do mundo sejam o que devem ser e produzam o que devem produzir, é preciso, antes de nada, corrigir a nossa mentalidade em face do estrangeiro da outra banda do mar. Oscilamos entre os dois extremos, ambos viciosos. Nem o daquele versinho d' "a Europa se inclinou ante o Brasil", nem o humilhado fetichismo do indígena pelo homem loiro. E' sobretudo esta última superstição que nos tem feito um mal incalculável. Dentro e fora do país.

E' mistér sanar êste vício funcional, êste hábito mórbido. O Estado Novo já iniciou a cura.

E será um imenso serviço fazer compreender ao povo — e principalmente à elite — que o conceito de grande potência é continental. Si fôsse mundial, não haveria mais que uma grande potência — os Estados Unidos. Tal é a distância de potencial dinâmico, de força econômica, de volume de população (contando o homem pelo seu valor no Estado) entre o colosso norte-americano e o resto do mundo. A margem entre os Estados Unidos e algumas potências européas é muito mais larga do que entre estas e o Brasil. E, no dia em que tivermos exército e marinha à nossa proporção, não haverá margem nenhuma. Bem sei que custa caro armar-se. Mas é mais barato pagar o preço do próprio armamento, do que acabar pagando o alheio.

A noção de grande potência, já que tem de ser provisoriamente tolerada, só pode ser continental, para ser lógica e admissível. E, natural-

mente, nós somos uma grande potência em função do nosso Continente.

Para cortar pela raiz interpretações tendenciosas, esclareço ainda mais. Para nós, grande potência é conceito continental para uso externo. Opõe-se às pretensões das outras potências e lida pela conquista da mais alta hierarquia internacional. Sempre advogamos a igualdade das soberanias. Mais uma razão para que sustentemos a nossa igualdade, mesmo e sobretudo com quem se repute superior às nações da nossa América. E' um meio de servi-las, servindo-nos.

Só então as nossas relações internacionais hão de produzir, para nós, os seus frutos e proveitos, que, até agora, são quasi todos colhidos pelos nossos amigos.

Por mil razões — sempre atuais e óbvias — é necessário atingir êste resultado. E depressa. O Estado Novo é a Nação a passo acelerado. Nas suas fileiras não ha lugar para os asmáticos.